

HABEAS CORPUS Nº 533.125 - SC (2019/0274521-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JEDSON VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEDSON VIEIRA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, assim ementado (fl. 294):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO. ESTUDO POR CONTA PRÓPRIA. EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI N. 7.210/84. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. APLICAÇÃO DA LEI N. 9.394/96. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO N. 03/2010 DO CNJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, responsável pela uniformização da legislação infraconstitucional em matéria de execução penal, "a Lei n. 9.394/1996 - que estabelece carga horária mínima de 2.400 horas para o ensino médio - não pode ser aplicada ao preso, por estabelecer diretrizes nacionais de 'educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade' (art. 4º, I). Ao sentenciado são aplicáveis as regras específicas de educação de jovens e adultos, as quais contém previsão de duração menor do ensino médio (1.200 horas)" (HC 420.682/SC, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, j. 03/05/2018). (TJSC, Agravo de Execução Penal n. 0005614-19.2019.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Luiz Neri Oliveira de Souza, Quinta Câmara Criminal, j. 29-08-2019).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções proferiu decisão declarando remidos apenas 13 dias da pena do paciente, em razão da sua aprovação parcial no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, relativo ao ensino fundamental.

No presente *writ*, a impetrante sustenta que o período a ser remido é de 26 dias, conforme Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça.

Requer a impetrante *a concessão da medida liminar e, ao final, a*

concessão definitiva da ordem de habeas corpus em favor de JEDSON VIEIRA para reconhecer a remição de 26 dias - e não apenas 13 dias - da pena do PACIENTE (fl. 10).

A liminar foi indeferida (fls. 310-311).

Foi deferido pleito da Defensoria Pública da União (fl. 322).

As informações foram prestadas (fls. 325-330).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo não conhecimento da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa remição da pena no importe de 26 dias em razão da aprovação no ENCCEJA em 1 campo de conhecimento.

O Colegiado do Tribunal de Justiça negou provimento ao agravo em execução, aos seguintes termos (fls. 297-304):

[...] Visando melhor contextualizar os fatos, farei referência direta aos autos de origem.

Sabe-se que a remição penal é um direito do condenado em reduzir pelo estudo ou trabalho o tempo de duração da pena privativa de liberdade que lhe foi imposta, na razão de 1 dia de pena a cada 12 horas de estudo, ou, 1 dia de pena por 3 dias de trabalho, conforme preceitua o artigo 126 da Lei de Execução Penal, in verbis [sic]:

[...]

A fim de dar plena aplicação ao § 5º do supracitado dispositivo, a recomendação n. 44/2013 do CNJ trouxe a possibilidade de valoração de algumas atividades em caráter complementar, visando o aprimoramento da educação nas prisões e a expansão do benefício em situações que ainda não foram elencadas em lei, tais como a concessão da benesse aos apenados que obtenham o certificado da conclusão do ensino fundamental no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse sentido, o artigo 1º, inciso IV, da mencionada recomendação dispõe:

[...] na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da

Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio.

Ao analisar o pleito defensivo, o juízo singular consignou:

Pela aprovação parcial no ENCCEJA Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (fls. 205 – 01 área de conhecimento no ensino fundamental, sendo 13 dias por área), em conformidade com o art. 126, § 1º, c/c § 5º, da Lei de Execução Penal c/c Recomendação nº 44/2013 CNJ, faz jus à remição de 13 (treze) dias.

[...]

Ante o exposto, DECLARO remidos 13 (treze) dias.

A despeito da argumentação defensiva, o exame em discussão certifica a conclusão do ensino fundamental referente ao EJA.

Com efeito, diferentemente do ensino regular, no qual é estabelecido carga horária mínima de 3.200 horas para o ensino fundamental e 2.400 horas para o ensino médio – art. 24 da Lei n. 9.394/96, no tocante à Educação de Jovens e Adultos a carga horária mínima prevista é de 1.600 e 1.200 horas respectivamente (art. 4º, II, III e parágrafo único, da Resolução n. 03/2010 do CNE), conforme anotado, inclusive, na recomendação n. 44/2013 do CNJ, originária do pleito defensivo.

[...]

Na hipótese, a certificação obtida pelo reeducando diz respeito ao ensino fundamental (1.600 horas). Subtraindo a fração de 50% mencionada na Recomendação n. 44/2013 do CNJ desse quantum conclui-se que o apenado poderia aferir até 800 horas, que resultaria em 66 dias de remição, sem prejuízo, outrossim, do acréscimo de 1/3, ou seja, de 22 dias, quando o aproveitamento for pleno, na razão de 1 dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar, conforme interpretação do art. 126, §§ 1º e 5º, da Lei n. 7.210/84.

Segundo posicionamento desta Câmara, acompanhada por significativa parcela das Câmaras Criminais integrantes desta Corte, o cálculo da remição será efetuado em cima das 5 áreas de conhecimento (A esse respeito: Agravo de Execução Penal n. 0000812-69.2019.8.24.0022, rel. Des. Luiz Cesar Schweitzer, j. 23-05-2019).

Nesse raciocínio, considerando a aprovação do apenado apenas em uma das áreas de conhecimento (nota mínima de 100 em cada área de conhecimento), faz jus à remição de 13 dias da pena.

Portanto, não vejo razões para modificar o entendimento registrado pelo juízo a quo, o qual está em consonância com a melhor interpretação da norma.

Ante o exposto, o voto no sentido de conhecer do recurso e negar-lhe provimento.

Este é o voto.

É consabido que o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 44/2013, conferindo interpretação extensiva ao art. 126 da Lei de Execução

Penal, que possibilita a denominada remição da pena em decorrência do estudo pelo condenado recolhido em regime fechado ou semiaberto.

Referida ampliação foi corroborada pela jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, que já se manifestou no sentido de que *A norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal* (REsp 744.032/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 5/6/2006).

Na mesma linha, firmou esta Corte posicionamento segundo o qual, *sendo um dos objetivos da Lei de Execução Penal, ao instituir a remição, incentivar o bom comportamento do sentenciado e sua readaptação ao convívio social, a interpretação extensiva do mencionado dispositivo impõe-se nessas circunstâncias, o que revela, inclusive, a crença do Poder Judiciário na leitura como método factível para o alcance da harmônica reintegração à vida em sociedade* (AgRg no HC 323.766/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 09/10/2015).

Especificamente quanto ao tema, decidiu recentemente a Quinta Turma, nos autos do HC 382.780, que *a aprovação (...) no ENEM (...) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena*. No voto condutor, complementou o Relator, em. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, que *essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator Ministro CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 divulgado em 22/10/2009, publicado em 23/10/2009, ement. vol. - 02379-04 PP-00851)*. E finalizou assinalando que *a interpretação dada ao art. 126 da LEP, pelo Superior Tribunal de Justiça decorre, indiscutivelmente, desse resgate constitucional do princípio da fraternidade*. Referido julgado recebeu a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. APROVAÇÃO NO ENEM. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE

DA PESSOA HUMANA E DA FRATERNIDADE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. Esta Corte possui orientação no sentido de que "a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento, em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal" (REsp n. 744.032/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 5/6/2006).

3. No caso, a aprovação da paciente no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme o art. 126 da LEP e Recomendação nº 44/2013 do CNJ.

4. Essa particular forma de parametrar a interpretação da lei (no caso, a LEP) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos (incisos II e III do art. 1º). Mais: Constituição que tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária (incisos I e III do art. 3º). Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo de nossa Constituição caracteriza como "fraterna" (HC 94163, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 02/12/2008, DJe-200 DIVULG 22-10-2009 PUBLIC 23-10-2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).

5. Com efeito, a interpretação dada ao art. 126 da LEP, pelo Superior Tribunal de Justiça, decorre, indiscutivelmente, desse resgate constitucional do princípio da fraternidade.

6. Após a divulgação ampla pelo Conselho Nacional de Justiça das chamadas "Regras de Mandela", aprovadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas, segundo as quais, além da busca pela proteção da sociedade contra a criminalidade, a redução da reincidência e a punição pela prática do crime, também constituem objetivos do sistema de justiça criminal a reabilitação social e a reintegração das pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes, na medida do possível, que, ao retornarem à sociedade, sejam capazes de levar uma vida autossuficiente, com respeito às leis.

7. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício, para reconhecer o direito da paciente à remição da pena pela aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

O ato normativo em comento – Rec. n. 44/2013/CNJ – recomenda que:

I - para fins de remição pelo estudo (Lei nº 12.433/2011), sejam valoradas e consideradas as atividades de caráter complementar, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação nas prisões, tais como as de natureza cultural, esportiva, de capacitação profissional, de saúde, entre outras, conquanto integradas ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade ou do sistema prisional local e sejam oferecidas por instituição devidamente autorizada ou conveniada com o poder público para esse fim;

II - para serem reconhecidos como atividades de caráter complementar e, assim, possibilitar a remição pelo estudo, os projetos desenvolvidos pelas autoridades competentes podem conter, sempre que possível:

- a) disposições a respeito do tipo de modalidade de oferta (presencial ou a distância);
- b) indicação da instituição responsável por sua execução e dos educadores e/ou tutores, que acompanharão as atividades desenvolvidas;
- c) fixação dos objetivos a serem perseguidos;
- d) referenciais teóricos e metodológicos a serem observados;
- e) carga horária a ser ministrada e respectivo conteúdo programático;
- f) forma de realização dos processos avaliativos;

III - considerem, para fins de remição pelo estudo, o número de horas correspondente à efetiva participação do apenado nas atividades educacionais, independentemente de aproveitamento, exceto, neste último aspecto (aproveitamento), quando o condenado for autorizado a estudar fora do estabelecimento penal (LEP, art. 129, § 1º), ocasião em que terá de comprovar, mensalmente, por meio de autoridade educacional competente, tanto a frequência, como o aproveitamento escolar.

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio; [...]

Não se desconhece o entendimento de alguns Ministros desta 6ª turma, no sentido de que, em caso de aprovação no ENEM ou no ENCCEJA, o Juiz deverá considerar 50% de 1.200 horas para o ensino médio, e 50% de 1.600 horas para ensino fundamental, com base na Resolução nº 3/2010 do CNE.

Apesar disso, mantenho o entendimento *in bonam partem* adotado pela Quinta Turma e pela maioria dos julgados da Sexta Turma deste STJ que, ao apontar as 1.600 horas para o ensino fundamental, a Resolução CNJ n. 44/2013 está se referindo ao índice de 50% da carga horária definida legalmente para tal nível de ensino, com base no qual serão calculados os dias a serem remidos. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE REMIÇÃO POR ESTUDOS. APROVAÇÃO NO ENEM. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. POSSIBILIDADE. RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO. REINTEGRAÇÃO SOCIAL. FORMA DE CÁLCULO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

1. Quando a Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio, refere-se ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do Enem.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 446.932/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 30/08/2019).

Na hipótese, considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino fundamental (3.200), ou seja, **1.600 horas**, divide-se o total de horas por 12, encontrando-se um resultado parcial de 133 dias para as 5 áreas de conhecimento, sendo que, concluído parcialmente - em 1 área de conhecimento -, perfaz um total de 27 dias a serem remidos.

No caso, tendo o paciente logrado êxito na aprovação em 1 área de conhecimento do ENCCEJA, faz jus a 27 dias de remição.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para reconhecer o direito do paciente à remição de 27 dias, em razão de sua aprovação em 1 área de conhecimento no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator